

## Legislação

## ITR na ótica dos tribunais

Luiz Augusto Germani\*

O Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural – ITR, nos moldes do Estatuto da Terra, é um tributo progressivo com o fim de estimular a função social e econômica da terra. Nesse sentido, o ITR visa não a arrecadação tributária pura e simples mas, sim, penalizar o uso da terra como reserva de valor.

Em 1.994, para gerar maior arrecadação, a Lei 8.847 permitiu os lançamentos procedidos “de ofício” pela Receita Federal. Ficou desconsiderada a declaração do contribuinte, peça imprescindível ao lançamento de qualquer tributo sobre patrimônio. Acionados, os tribunais passaram a corrigir tal ilegalidade.

Com a promulgação da Lei 9393/96, em vigor até a presente data, o ITR voltou a ser um tributo dependente da declaração do contribuinte para seu lançamento.

O fisco federal, no seu afã de arrecadar, criou uma série de obstáculos na homologação da declaração do contribuinte, lançando, de ofício, tributo complementar ao declarado e recolhido pelo proprietário rural, sob as alegações que:

1. só a entrega do Ato Declaratório Ambiental – ADA ao Ibama, desde 1997, justifica a isenção tributária das áreas de reserva legal e de preservação permanente;
2. cabe tributação das áreas de reserva legal acima da área mínima estabelecida pelo Código Florestal;
3. devem ser tributadas como áreas aproveitáveis as áreas de pastagens, quando paira dúvida em relação à quantidade de gado existente no imóvel.

Novamente, os Tribunais decidiram que:

1. a entrega do ADA ao Ibama não é condição para isenção tributária das áreas ambientais;

2. a área de reserva legal, abatida da base de cálculo do ITR, pode ser superior à área mínima estabelecida pelo Código Florestal, mesmo quando averbada na matrícula do imóvel rural em sua dimensão mínima;

3. o fisco não pode lançar o tributo sobre as áreas de pastagens, como se não utilizadas fossem, sob a alegação de que tem “dúvidas” acerca da quantidade de gado existente no imóvel rural. E, sobremaneira, dentre outras várias determinações:

4. qualquer inverdade, omissão, erro que a administração pública federal apontar na Dirt deverá, em processo administrativo, ser objeto de comprovação, inclusive por vistoria, se assim requerida pelo contribuinte.

Como a declaração do ITR pode ser comprovada porque presta informações fáticas (valor de bens, dimensões, direitos, serviços e atos jurídicos), e diante dos julgados dos Tribunais, cabem algumas informações úteis:

1. Se o imóvel rural for constituído de várias matrículas contíguas e pertencentes a um mesmo proprietário, ele é considerado um único imóvel, para efeitos de declaração e tributação.
2. As áreas de reserva legal (utilização limitada) e de preservação permanente devem ser lançadas na Dirt em suas dimensões reais, independentemente das determinações da legislação ambiental em relação às dimensões mínimas.
3. A entrega do ADA ao Ibama é obrigatória desde o exercício de 2001, para a isenção tributária das áreas ambientais; o protocolo deve ocorrer no prazo de seis meses, contados do término do prazo fixado para a entrega da Dirt, se

o imóvel estiver sendo declarado pela primeira vez com a informação de áreas não tributáveis ou se teve alteradas as áreas não tributáveis em relação ao ADA eventualmente anteriormente protocolado, inclusive no caso de alienação parcial da área.

4. O valor das benfeitorias pode ser maior que o Valor da Terra Nua – VTN. Isso é relevante em relação ao custo tributário, tendo em vista que a base de cálculo do ITR é o VTN e não o valor total do imóvel rural. Entretanto, é de suma importância que tais valores possam ser comprovados por avaliações técnicas procedidas por corretores imobiliários inscritos no Creci engenheiros civis e agrônomos inscritos no Crea, etc.
5. Como o valor do imóvel declarado na Dirt deve refletir seu valor de mercado no dia 1º de janeiro do exercício declarando, de um exercício para o outro pode ocorrer diminuição desse valor, reflexo de eventual diminuição do valor da terra nua no mercado e/ou das benfeitorias.

6. O valor do imóvel declarado no Imposto de Renda não tem nenhuma relação com o valor do imóvel para fins de ITR. Portanto, o contribuinte não precisa se preocupar com o campo da Dirt que solicita a informação do valor do bem declarado no IR.

7. O contribuinte deve manter em seus arquivos, por cinco anos, os documentos fiscais (notas, informativos de movimentação de gado etc.) e sanitários (fichas de vacinação) próprios, de arrendatários e de parceiros, para encaminhamento à Receita Federal se for chamado a prestar algum esclarecimento.

8. Sempre que, administrativamente, o fisco lançar de ofício, alegando dúvida acerca de fatos, o contribuinte pode requerer vistoria para a comprovação da informação declarada.

9. O valor do imóvel, declarado na Dirt não serve de referência para valores indenizatórios em expropriação. ■

\* Advogado Agrário.  
E-mail: germani@germaninet.com.br